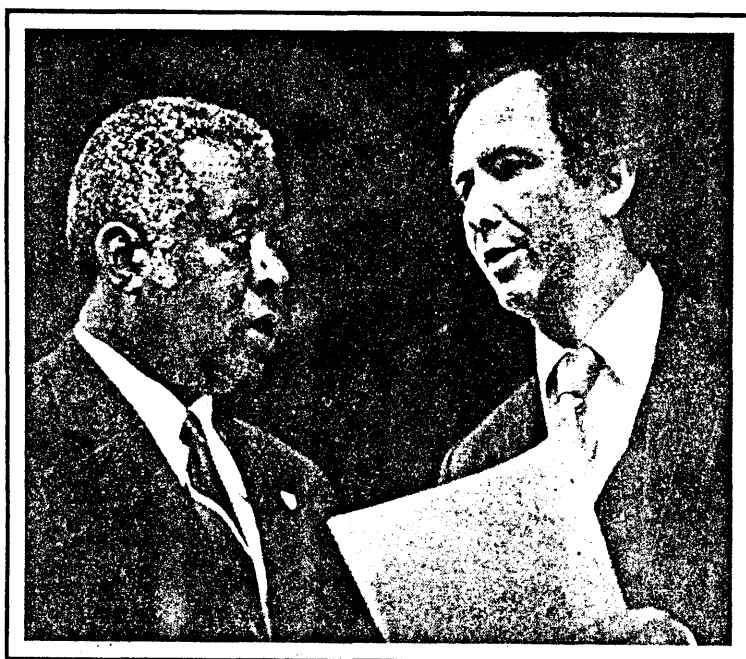


# FRONTISMO

BOLETIM INFORMATIVO

FRENTE UNIDA DEMOCRÁTICA DE MOÇAMBIQUE



**DOMINGOS  
AROUCA  
em OSLO**

**SAMORA PERSEGUE AS  
IGREJAS EM MOÇAMBIQUE**

**PÁTRIA QUERIDA**



**EM BREVE SERÁS LIVRE**

# SUMÁRIO

Mensagem do Presidente . . . . .	1
Nota de Abertura . . . . .	1
<b>MOÇAMBIQUE:</b>	
Hoje e o Futuro . . . . .	2
<b>CONFERÊNCIA:</b>	
Dr. Domingos Arouca fala em Oslo. . . . .	6
<b>COMUNICADO:</b>	
Relações Moçambique-Portugal . . . . .	9
Apelo aos Moçambicanos . . . . .	9
Comunicado . . . . .	10
<b>FRELIMO:</b>	
Novo aliado da África do Sul . . . . .	10
Samora Machel decidiu destruir a Igreja Moçambicana . . . . .	11
Notícias . . . . .	11
Mais execuções em Moçambique . . . . .	12
Notícias do Chimoio . . . . .	12
A linguagem das armas e a legitimação de violência. . . . .	13
Reconhecimento da FUMO nos E. U. A. . . . .	14
Nós, o Vietnam e o hegemonismo soviético . . . . .	14
<b>COLUNA DO REFUGIADO:</b>	
O Paraíso do Jamor . . . . .	15

# MENSAGEM DO PRESIDENTE

## Moçambicanos e Amigos de Moçambique

O ano de 1978 caracterizou-se fundamentalmente por um recrudescimento da repressão dentro do nosso país, única resposta do regime comunista da Frelimo ao crescente descontentamento do Povo Moçambicano, que vê as suas condições de vida cada vez mais deterioradas. A fome e a repressão são efectivamente o pão nosso de cada dia. Daí que em acções espontâneas ou organizadas o inimigo tenha sofrido, durante o ano, mais sérios reveses militares e políticos do que anteriormente.

Caracterizou-se também o ano findo, por um reconhecimento da justiça da nossa luta por parte de países ocidentais que se destacaram em apoio material e financeiro à Frelimo, antes e após a independência. É, assim, que podemos já anunciar a abertura de uma representação oficial num país estrangeiro e brevemente, assim o esperamos, outras duas se seguirão.

Durante o ano deu-se início à reorganização da FUMO que assim deverá estar melhor preparada para fazer face às tarefas que tínhamos em curso e às que finalmente esperamos concretizar, no todo ou em parte, já no ano de 1979. Nomeadamente ampliar a acção militar e de propaganda no interior do país, até aqui feitas de forma um tanto des-

# NOTA DE ABERTURA

*O sucesso verificado na distribuição do primeiro boletim é sinal animador que nos entusiasma a prosseguir nesta tarefa de chegar a todos os moçambicanos e contribuir para a sua unidade em torno da FUMO. O aumento de páginas deste Boletim é já uma consequência, só possível devido a este êxito.*

*Tínhamos previsto iniciar neste Boletim a publicação de extractos do programa político e do projecto de constituição política. Em relação ao programa político está ao mesmo tempo entregue, para estudo de revisão, a uma comissão constituída para o efeito e cujas conclusões terão de ser submetidas à aprovação pelo Presidente e pelo Conselho Permanente. Por isso adiamos por agora a sua publicação, mas as grandes linhas de actuação política da FUMO podem mesmo assim ser encontradas nos textos que publicamos, em especial no da conferência proferida recentemente pelo nosso Presidente. Quanto ao projecto de constituição política, vai o mesmo ser publicado em separado e em texto completo pelo que esperamos iniciar já no próximo Boletim a publicação de comentários sectoriais sobre tão importante documento para o futuro político de Moçambique.*

*O problema da religião em Moçambique, pela sua actvidade no momento presente, merece-nos destaque especial e por isso aparece tratado em diversos textos idóneos. A conferência já referida e a entrevista com o Presidente são documentos de grande actualidade e devem ser lidos com grande ponderação pelos militantes e simpatizantes. O contributo destes não se fez esperar e assim a continuidade da coluna do refugiado, os textos «Apelo», «Bilhetes de Visita», «A Nossa Luta» e o poema «Se».*

# MENSAGEM DO PRESIDENTE

(Continuação da pág. anterior)

coordenada face às dificuldades materiais e até à hostilidade de países vizinhos cuja posição esperamos ver em breve alterada.

É chegado mais do que nunca o imperativo de unidade de todos os moçambicanos. A actuação dispersa, em virtude de diferenças de concepção política e militar, tem de dar lugar à união e reforço da acção no campo de batalha. É preciso para isso um esforço sério de reflexão, para que os resistentes saibam identificar os verdadeiros interesses de Moçambique e excluir as motivações baseadas no interesse pessoal ou de potências estrangeiras, vizinhas ou distantes. E é urgente que essa união se caracterize já nos primeiros meses de 1979.

Todo o movimento de oposição tem de ter um programa político que substancie os anseios daqueles a que se destina. No programa da FUMO, em vias de actualização, cabem todos os verdadeiros moçambicanos amantes da democracia, da paz, do progresso, da liberdade e da justiça social. Ele procura traduzir anseios que são comuns aos povos africanos que lutam contra a exploração e o totalitarismo. Por isso, a nossa acção não é isolada, antes se compreende no contexto de toda a África onde é justo salientar a heróica luta da UNITA, movimento irmão em Angola, liderada pelo Dr. Jonas Savimbi. Também nos merece especial referência a futura Zimbabwe-Rodésia, onde a inteligência dos principais líderes da maioria negra tem pontuado por um realismo nem sempre compreendido pelos governos do mundo ocidental. A eles ficaremos a dever a oficialização da nossa representação local, logo que o novo governo tome posse.

Uma palavra especial para os responsáveis e crentes das várias religiões representadas em Moçambique. A violenta repressão de que têm sido objecto nos últimos tempos demonstra bem a importância da liberdade de pensamento e de religião num país livre. É por isso que os regimes comunistas se apressam a eliminar também aquelas liberdades, cientes de que as mesmas constituem uma barreira importante na denúncia do totalitarismo, como o foram em boa parte da exploração social. A coragem até aqui demonstrada terá a sua compensação, sendo certo que a FUMO garantirá a liberdade de religião no futuro regime moçambicano.

Em 1979 a acção política da FUMO prosseguirá sem desfalecimentos, apesar dos obstáculos e das críticas de alguns menos esclarecidos. A acção militar será ampliada em bases sólidas e não aventureiristas que garantam a vitória final. Continuará também o esforço de reorganização, a revisão e actualização de documentos fundamentais como o programa e o projecto de constituição política, este agora finalizado. Esperamos ainda dar forma concreta ao programa de governo, com uma melhor estruturação do governo no exílio, e ao planeamento das grandes tarefas de reconstrução nacional. Para tudo isto, a época é de união e nesse sentido deixo o meu veemente apelo aos moçambicanos e a todos os que por opção consideram Moçambique a sua pátria.

**DEMOCRACIA, PAZ, PROGRESSO E LIBERDADE  
PARA MOÇAMBIQUE.**

## MOÇAMBIQUE: HOJE E O FUTURO

Declaração Preliminar para Conferência de Imprensa, pelo Dr. Domingos Arouca

### INTRODUÇÃO

#### MOÇAMBIQUE – HOJE

O Saque e o Desastre Económico  
Educação e Saúde Pública  
Sistema Judiciário e Penal  
Liberdades e Direitos Humanos  
Política Exterior

#### MOÇAMBIQUE – O FUTURO

Reformas Políticas e Sociais  
Progresso e Desenvolvimento Económico  
Educação e Saúde Pública  
Informação Pública  
Política Exterior

Oslo – 28 de Março de 1979

Senhoras e Senhores,

Antes de iniciar o tema deste encontro, gostaria de expressar, em nome da Frente Unida Democrática de Moçambique «FUMO» e eu próprio, o nosso agradecimento pelo convite para estar presente nesta conferência com os representantes da Imprensa Norueguesa e de outros países.

Tenho em grande apreço o contacto com os membros da Imprensa e expresso a minha admiração pelo seu importante papel na informação, na expressão da opinião Pública, e na salvaguarda dos Direitos Humanos. Espero, sincera-

mente, que muito em breve possamos encontrarmo-nos de novo em Maputo, onde não existe actualmente uma Imprensa Livre.

#### MOÇAMBIQUE – HOJE

##### O Saque e o Desastre Económico

Depois de quase 4 anos de domínio por um regime marxista pro-Rússia, Moçambique enfrenta a falência económica. Os cofres do Banco Central estão agora vazios: a delapidação das reservas foi feita apenas em benefício da nova classe dirigente; nenhum investimento foi concretizado para benefício do Povo de Moçambique.

Logo após a independência, os novos dirigentes aperceberam-se que os cofres estavam a encher-se com o produto do trabalho dos mineiros que ainda são enviados para a África do Sul e com as ofertas generosas dos países Árabes e Nórdicos. Uma das primeiras medidas tomadas pelo governo da FRELIMO consistiu em nomear uma comissão especial para o abastecimento público, a qual inclui ministros e membros do Comité Central do partido. O objectivo era duplo: estes indivíduos, dada a sua estrita obediência ao Partido, asseguravam que a maior parte dos valores auferidos seria gasta na compra de mercadorias dos países comunistas, sempre ávidos de dólares, e a maior parte das mercadorias não tivessem qualquer interesse para o país; por outro lado, esses indivíduos garantiam que as comissões de compras seriam mantidas em boas mãos, em moeda forte depositada em bancos Suíços.

Desta forma num ano se gastaram cerca de 500 milhões de dólares, e desapareceram 23 toneladas de ouro, assim

como o produto das exportações e da venda de serviços (portos e caminhos de ferro). Os gastos foram orientados principalmente para artigos de consumo (carne, aves, tecidos, peixe, milho, arroz, batatas, e outros produtos que o país costumava produzir em quantidade suficiente para consumo interno), para artigos de luxo (carros, electrodomésticos, perfumes, equipamentos estereofónicos e whisky). Também foram importados alguns equipamentos mas cedo se revelaram inoperativos (tratores que nunca chegaram a trabalhar, camiões e jeeps que ficaram imobilizados por falta de assistência técnica, máquinas agrícolas que ficam armazenadas após a sua chegada).

**O panorama económico é terrível:** a produção de carne foi reduzida drasticamente, uma vez que o Povo passou a considerar o gado como um valor real que não quer trocar por dinheiro sem valor e com o qual nada pode comprar; além disso, e uma vez que não podem confiar na nova estrutura que mantém o poder «manu militanti», o Povo consome agora tudo, pois que receia lhe possa ser roubado e passou de novo a um sistema económico de auto-abastecimento.

Entretanto, a Alemanha Oriental e a Rússia infiltraram-se em todos os níveis da estrutura económica para a controlar e benefício próprio. A Rússia vendeu o habitual ferro-velho, ou seja armamento pesado. Não há café em Maputo mas pode encontrar-se cafeteiras eléctricas fabricadas na Alemanha Oriental; não há pão mas pode comprar-se torradeiras eléctricas fabricadas na Alemanha Oriental; os «famosos» camiões IFA da Alemanha Oriental, que ninguém se atreve a comprar, contam-se pelas centenas em Moçambique. Produziu-se em tempos em Moçambique sabão e sabonete de boa qualidade; agora esses artigos não se encontram, excepto no que se refere a sabonete que é importado da Alemanha Oriental. Entretanto, técnicos incompetentes da Bulgária, Roménia e Cuba estão a ser pagos a «preço de ouro» transferindo a maior parte dos seus salários para o estrangeiro. Durante o «boom» económico em 1950-1960, a classe média ganhava salários mensais entre 2500\$00 e 6000\$00. Antes da independência, os salários mais altos variavam entre 15 000\$00 e 20 000\$00, ganhos por uma minoria mas na sua maior parte gastos no país. Hoje em dia, os novos «técnicos» ganham entre 50 000\$00 e 70 000\$00, pagos em dólares.

O governo da FRELIMO desistiu de um projecto para construir uma frota de pesca nacional para entregar aos russos a exploração dos nossos recursos marítimos, que eles acumulam com o control da Rota do Petróleo do Índico.

A produção de algodão, chá, marisco, sisal e carvão está praticamente reduzida a zero; a produção de açúcar, copra e cajú baixou em mais de 50%.

O país está, pois, em falência, e não há esperanças de recuperação a não ser que haja uma alteração drástica nos sistemas económico e político.

Resulta daí que o Povo morre à fome, o que obviamente não acontece com os estrangeiros e os novos dirigentes que podem ainda manter um alto nível de vida.

### **Educação e Saúde Pública**

Segundo SAMORA MACHEL, a língua não faz parte da cultura do país. A razão para esta enormidade está em que a língua é afinal usada como factor de opressão. Incapaz de se fazer entender por dois terços do Povo, MACHEL conserva o português como língua oficial mas não quer partilhar o seu conhecimento com a maioria. Assim, faz os seus discursos em português e o intérprete faz a tradução para língua nativa.

Fora dos centros principais ninguém aprende a ler ou a escrever. O ensino consiste agora principalmente em canções e danças mas não há ensino ou aprendizagem da língua portuguesa. As línguas nativas não são ensinadas

nem autorizado o seu uso em livros ou correspondência; seria tribalismo! Só nos centros urbanos são mantidas escolas, onde professores incapazes tentam, sem sucesso, transmitir algum conhecimento. Há, evidentemente, boas escolas para os filhos de gente importante, onde é cuidada a qualidade do ensino; e centenas de crianças são apartadas dos seus pais e enviadas para Cuba para garantia futura do comunismo em Moçambique.

O drama é ainda maior no que respeita à saúde pública. Há, no país, menos de 300 médicos para uma população de 9 milhões! A maior parte deles concentra-se em Maputo e na Beira. Nas áreas rurais, um médico residente é como um milagre. O antigo pessoal para-médico, em número razoável e bem treinado tecnicamente (até Machel o reconheceu) foi banido, desprezado e substituído pelos «especialistas» da FRELIMO, ou seja enfermeiros da tropa de guerrilha, incompetentes e sem motivação para o trabalho normal ou para o sacrifício.

Mais uma vez os resultados são horríveis; a título de exemplo, refira-se a taxa de mortalidade infantil no hospital de Maputo que era à volta de 3% e ultrapassa agora os 70%.

### **Sistemas Judiciário e Penal**

Moçambique é, agora, um país onde as pessoas são presas sem direito a defesa: para 90% das prisões não é constituído processo legal; quando este existe as pessoas não podem nomear advogado.

As prisões herdadas do período colonial estão agora superlotadas. A PIC (Policia de Investigação Criminal) e a SNASP (Policia Política) ultrapassam em muito a PIDE (Policia Política do Período Colonial). As prisões da Machava, Ibo, Mabalene, Tête, Beira e Maputo, usadas pela PIC, contêm hoje três vezes mais pessoas do que a média atingida nos últimos anos do período colonial: os presos vivem em condições sub-humanas. Além disso, há os novos «Gulags» oficialmente chamados de «campos de trabalho» os quais são de facto verdadeiros campos de concentração. Dezenas de milhares de Moçambicanos e estrangeiros estão encarcerados nesses campos, onde são forçados a trabalhar e a morrer à fome.

As brutalidades são habituais: choques eléctricos, chicote, o atar os membros com arame e sal (geralmente provocando a gangrena). Em Moçambique, antes de estabelecerem a pena de morte, já as pessoas eram executadas pela calada da noite. Uma tortura favorita consiste na simulação de morte por fusilamento.

A pena de morte foi estabelecida recentemente. A lei, que inclui outras penalidades, tem efeitos retroactivos. Destina-se a ser aplicada por tribunais populares revolucionários, quer a nacionais quer a estrangeiros. Antes de posta em vigor, procederam a uma campanha através da rádio e jornais do estado (não há imprensa privada) para fazer crer aos observadores exteriores que o Povo estava reclamando severas penalidades contra aqueles que lutam contra o regime comunista.

Constitui nosso objectivo estabelecer em Moçambique um regime moderado em total respeito pelos Direitos Humanos. O nosso projecto Constitucional claramente estabelece «o direito à vida e integridade física» (Artigo 14), «ninguém será punido criminalmente a não ser com base em lei anterior» (Artigo 15d), «não haverá punição que retire a liberdade em termos perpétuos nem por duração ilimitada ou indefinida» (Artigo 15e), e é admitido o «habeas corpus» (Artigo 16). Os nossos Estatutos estabelecem que «A vida humana é inviolável e que em caso algum haverá pena de morte».

Temos para consulta o texto completo desta abominável lei a qual certamente foi copiada ou ditada pelos russos ou alemães orientais que, de facto, dão ordens a MACHEL sendo os seus verdadeiros senhores.

Ao abrigo desta lei MACHEL já executou, no passado dia 13 de Março, o comandante GRUVETA ex-governador da Província da Zambézia juntamente com outros dissidentes da FRELIMO, preparando-se para executar muitos outros indivíduos dezafectos ao seu regime.

## Liberdades e Direitos Humanos

Em Moçambique, as liberdades mais elementares foram eliminadas. A comunicação social está agora reduzida a 4 entidades do estado: Notícias, Notícias da Beira e Tempo (jornais) e Rádio Moçambique. Todos controlados pelo partido único. A mentira militante é a única regra de conduta. Os jornais, que quase ninguém lê, têm uma tiragem ridícula. A rádio é escutada por causa da música. Os noticiários, contudo, essencialmente salientando a «excelência» do governo, têm de ser emitidos simultaneamente pelas três estações, pois caso contrário, as pessoas procurariam de imediato outro programa.

Todo e qualquer culto religioso é, considerado como um inimigo. As escolas e missões dirigidas pelas diferentes Igrejas foram fechadas ou sujeitas à interferência do Estado. As testemunhas de Jeová foram levadas para campos de concentração por recusarem a sua fé ou aderir às organizações políticas. As Igrejas Católicas foram nacionalizadas e o culto apenas permitido em condições definidas pelo Partido. Uma parte significativa da população que sempre seguiu o culto Islâmico é, agora, sujeita à perseguição permanente. Sinceramente, é difícil compreender-se porquê as Igrejas Cristãs, e em particular o Conselho Mundial das Igrejas, continuam a dar apoio financeiro a movimentos comunistas em África. Dinheiro que estes utilizam para destruir as Igrejas, em vez de alimentarem e educar os povos.

A circulação de pessoas entre cidades diferentes requer uma autorização especial. Associações fora da esfera do Partido não são permitidas e tão pouco alguém se arrisca a constituí-las.

A vida humana não merece qualquer respeito da parte destes criminosos. O Presidente Mondlane foi morto quando se opôs aos comunistas dentro do Partido. Outro *líder* lhe seguiram o caminho. Muito recentemente a Dra. Joana Simeão, segundo consta, morreu devido aos maus tratos sofridos num campo de concentração. Receia-se por Urias Simango, outro *líder* que se opõe a Machel e está preso no mesmo «Gulag» tal como outros. No fim do ano passado, o meu irmão mais velho, António Arouca, não pôde sobreviver a 30 dias de torturas na prisão da Machava.

Crimes contra o direito à integridade física são bem exemplificados pela esterilização das mulheres-soldados do quartel da Moamba feita por uma equipa médica vinda da Alemanha Oriental.

A lista é longa; nenhum dos direitos incluídos na Declaração Universal dos Direitos do Homem ficou intacto. Não admira, Moçambique esté sob um regime comunista!

## Política Exterior

A política exterior seguida pelo governo da FRELIMO é desastrosa. A Frelimo decidiu adoptar sanções económicas contra a Rodésia, sem ter procedido a uma correcta estimativa dos prejuízos que daí adviriam para Moçambique. Quando CHISSANO (ministro dos estrangeiros) apresentou nas Nações Unidas o cálculo dos prejuízos esperados foi de imediato desmentido pelos especialistas da ONU que estimaram um valor de três vezes superior ao reclamado.

Outro erros sucessivos podem ser apontados. Ao dar apoio a Robert Mugabe, a FRELIMO tinha como objectivo controlar a Rodésia. Como o saque de Moçambique havia sido proveitoso, MACHEL estava preparado para receber a

sua parte no saque da Rodésia. Assim, prometeu que comeria peru em Salisbúria pelo Natal de 1977, e que correria com os 275 000 racistas da Rodésia (ou seja todos os brancos; os mistos e os indianos iriam a seguir). Partilhar as riquezas abandonadas por 275 000 fugitivos foi o acordo entre MACHEL e MUGABE, e até NKOMO, abandonaram Mugabe. A frente Patriótica está desfeita: Moçambique é constantemente atacada pelas tropas da Rodésia, as quais já chegaram a 200km de Maputo. O Povo sofre grandemente mas os *líders* comunistas continuam a sua vida luxuosa guardados de perto pelos alemães orientais e cubanos.

Muito estranhas são as relações entre a FRELIMO e a racista África do Sul. A África do Sul dirige o porto de Maputo, os caminhos de ferro, compra a energia de Cabora Bassa. Fornece a Machel todos os tipos de alimentos e continua a recrutar homens em Moçambique para trabalharem nas suas minas de ouro, pagando directamente à Frelimo uma parte significativa dos seus salários. Trata-se do pacto do diabo! Machel refere-se aos sul-africanos como racistas mas aperta-lhes a mão enquanto estes o alimentarem.

Há até indicações de ser ele um dos primeiros a informar o governo sul-africano, sobre o que é discutido entre os «países da linha da frente». A África do Sul não poderia ter melhor amigo e delator e vai ganhando tempo para prosseguir com a política do *apharteid*.

O envolvimento da Rússia, de Cuba e da Alemanha Oriental é cada vez maior. Os russos patrulham a fronteira Noroeste com a Rodésia, mantêm uma base de tanques pesados a 30km do Chimoio, e estão construindo uma gigantesca base militar em Nacala o que lhes dará o controle total da Rota do Petróleo do Índico. Os alemães orientais são os verdadeiros cérebros por detrás dos *líders* políticos da FRELIMO. Organizam em detalhe todas as reuniões do Partido e outros encontros políticos; controlam e dirigem a polícia política; os guardas pessoais de Machel são todos recrutados na Alemanha Oriental, cerca de 200.

Potencialmente prósperos, a Zâmbia e Moçambique são as principais vítimas das sanções contra a Rodésia. E a situação é tão séria que a Zâmbia foi forçada a reabrir as suas fronteiras com a Rodésia, não para despachar os seus produtos através de Maputo ou da Beira como antigamente, mas através de East London na África do Sul.

## MOÇAMBIQUE — O FUTURO

Não há dúvida de que a FRELIMO é incapaz de conduzir o processo de libertação necessário após a independência do nosso país. Eles apenas substituíram Lisboa por Moscovo e estabeleceram um furioso regime neo-colonialista, segundo os princípios do marxismo-leninismo. Um verdadeiro programa de salvação nacional será necessário para conduzir o país ao desenvolvimento, progresso, paz e justiça social. Para atingir estes objectivos propomos um programa completo e integrado o qual incluirá, entre outras, as seguintes medidas.

### Reformas Políticas e Sociais

Amnistia para todos os presos políticos.

Regresso de todos os Moçambicanos ao país.

Abolição do sistema de autorizações para viagem e residência, restabelecendo-se o direito de livre circulação de pessoas dentro do país.

Abolição de todas as formas de racismo, com reconhecimento do direito à identidade e culturas próprias das minorias étnicas.

Recrutamento intensivo de técnicos imigrantes concedendo-se facilidades para a sua fixação definitiva no país.



Liberdade de associação tendo em conta a salvaguarda dos interesses de Moçambique.

Liberdade para todos os cultos religiosos, incluindo o direito de manterem as suas próprias escolas.

Liberdade de expressão incluindo imprensa livre e privada.

Ninguém poderá ser preso a não ser que a sua culpa seja provada, excepto em casos e condições previstos na lei.

Encerramento de todos os «campos de trabalho».

Todo o cidadão terá o direito de se defender em todas as acções em tribunal.

Proibição de confiscação de propriedades, a não ser que baseadas em procedimento judicial.

Facto e actos só poderão ser considerados como criminosos, desde que previstos em lei anterior aos mesmos.

Participação de todos os cidadãos adultos na definição política e condução do país através de órgãos eleitos.

Garantia a todos os estrangeiros dos mesmos direitos dos cidadãos nacionais, excepto os direitos políticos.

### **Progresso e Desenvolvimento Económico**

Respeito pela propriedade privada e garantia ao investimento estrangeiro.

Como país que vende serviços a terceiros, Moçambique manterá todas as suas vias de comunicação abertas ao tráfego internacional.

Desenvolvimento da agricultura e da indústria transformadora de produtos agrícolas.

Rescisão dos actuais acordos de pesca com os russos e construção de uma frota pesqueira nacional, capaz de assegurar a exploração dos recursos marítimos em benefício de Moçambique.

Estudo e elaboração de um plano económico, recorrendo à cooperação internacional, para a região central do país, baseado no potencial energético de Cabora Bassa.

Estabelecimento de um novo sistema comercial e distribuição cobrindo todo o país.

Devolução das pequenas e médias empresas aos seus proprietários.

Reorganização das grandes empresas nacionalizadas e sua transformação em sociedades de capital misto.

Recuperação da indústria da construção civil, com especial incidência na conversão das zonas sub-urbanas.

Estabelecimento de uma zona aduaneira livre em Maputo.

Estabelecimento de zonas industriais em regiões sub-desenvolvidas, incluindo benefícios fiscais.

Construção da ligação ferroviária entre Maputo e a Beira.

Constituição de uma empresa nacional de navegação para operar entre os portos nacionais.

Iniciação de discussões tendo em vista a criação de uma Associação de Comércio Livre na África Austral.

Emissão de moeda própria.

Reorganização das actividades bancárias deixando nas mãos do Estado os mecanismos necessários para regular e controlar o mercado financeiro e a economia, mas admitindo-se bancos privados.

### **Educação e Saúde Pública**

Recrutamento de professores suficientes para assegurar o ensino primário a todas as crianças.

Fornecimento de refeições a todas as crianças que frequentam o ensino primário.

Criação de uma Faculdade de Agricultura em Lichinga e no Chimoino; de um Instituto de Transportes e Comunicações em Inhambane; e de uma Faculdade de Ciências na Beira e uma Escola de Magistério Primário em Quelimane.

Autorização de escolas privadas incluindo religiosas.

Abertura de Liceus e Escolas Comerciais e Industriais em todas as capitais estaduais e noutros centros populacionais importantes.

Reequipamento e reorganização dos Hospitais e dos Institutos Especiais de Saúde e reforço da medicina preventiva.

Grandes esforços na construção de infra-estruturas de saneamento básico.

Criação do Serviço Médico Aéreo e da assistência «porta a porta».

Obrigações de todos os médicos e outro pessoal médico residindo no país de trabalhar pelo menos um dia por semana para o sistema de saúde do Estado, na área da sua residência, em paralelo com um corpo médico de saúde pública.

### **Informação Pública**

Criação de um sistema nacional de televisão.

Orientação da Rádio Moçambique como meio cultural, recreativo e didáctico, servindo os interesses do Povo de Moçambique.

Ampla liberdade e completa responsabilização de todos os que trabalham na informação pública.

### **Política Exterior**

A nossa política de relações exteriores será baseada em:

- Relações diplomáticas com todos os países representados na ONU;
- Recurso a negociações para solução de quaisquer conflitos;
- Não interferência nos assuntos internos dos outros países.

Como regra básica, tanto para o efeito interno como externo, a luta contra todas as formas de racismo, negro ou branco, no campo das ideias e por pressão política e ideológica, com recusa de recurso à força ou intervenção militar.

A justiça deve ser alcançada na PAZ e a África Austral necessita de PAZ e de JUSTIÇA.

O reconhecimento do regime do Zimbabwe-Rodésia baseado em eleições democráticas.

Repúdio de todas as formas de neo-colonialismo, imperialismo, hegemonismo e totalitarismo.

Firme defesa dos DIREITOS HUMANOS em qualquer local do Mundo.

### **CONCLUSÃO**

Tendo em conta o Moçambique de hoje e o Moçambique que queremos construir no futuro, consideramos como absolutamente essencial para a felicidade do nosso Povo a eliminação do regime comunista da Frelimo em Moçambique.

Assim, solenemente apelo aos representantes da Imprensa Livre para que denunciem publicamente os crimes contra os Direitos Humanos que estão a ser perpetrados em Moçambique: aos países ocidentais, e em particular aos países escandinavos, para que restrinjam a sua ajuda a Moçambique aos alimentos e outros produtos essenciais de que o Povo de Moçambique tão desesperadamente necessita, certificando-se de que esses produtos são efectivamente distribuídos pelo Povo; e aos governos democráticos, às associações políticas, económicas e religiosas (especialmente o Conselho Mundial das Igrejas) do Mundo Livre, para que concedam o seu apoio positivo aos movimentos que se opõem ao regime comunista em Moçambique, e ajudem o nosso País a juntar-se às nações livres e progressistas, e para que finalmente possa viver em PAZ.

## Texto integral da Conferência pronunciada pelo Dr. Domingos Arouca na Universidade de Oslo (em 30 de Março de 1979)

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Começarei por agradecer a vossa presença e interesse em escutarem uma voz africana que, ao longo da sua vida, tem lutado pela liberdade do seu país e pela efectivação do sagrado direito dos seus compatriotas a viverem em paz e com a dignidade inerente a todo o ser humano.

Para mim, assume particular interesse falar-vos, pois sei do inestimável contributo material e moral da Noruega para a causa da emancipação africana em geral e de Moçambique em particular.



*Domingos Arouca chega a Oslo (Noruega)*

Venho proferir algumas palavras, forçosamente breves para o muito que haveria a dizer. Mas é necessário que sejam ditas, que os presentes conheçam, ainda que em linhas muito gerais, a verdade do que se passa hoje na minha terra, pela qual me bati e continuo a bater-me. Passei oito longos e amargurados anos de prisão durante o regime colonial português. Como eu, outros sofreram, nas matas, os rigores e perigos de uma luta de mais de dez anos. Muitos e muitos pagaram com a vida o desejo da liberdade e da honra de terem uma nacionalidade legítima, sua, derivada da Pátria a que pertenciam, onde nasceram.

Chegados ao termo da luta, quando a Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974 permitiu que, finalmente, os povos das suas possessões africanas pudessem pacificamente ascender à independência, as forças comunistas de Portugal e de Moçambique, infiltradas entre as tropas portuguesas e na Frelimo, em perfeita sincronia que só um rigoroso e experiente internacionalismo sabem manejar, arrebataram as lideranças de cada um daqueles Movimentos, convertendo-os em instrumentos da hegemonia comunista no mundo. E o resultado viu-se: em Moçambique os dirigentes da Frelimo de formação nacionalista e democrática foram afastados e tiveram de ir sentir os rigores do exílio, como é o meu caso; outros foram internados em campos de concentração, onde são submetidos a torturas e humilhações indescritíveis e outros ainda, apesar de tudo mais desventurados, pagaram com a vida a ousadia de quererem viver em liberdade na sua própria terra.

Entretanto em Portugal, os militares progressistas apoiados pelo Partido Comunista, fortemente organizado e detentor então de verbas fabulosas, foram-se mantendo violentamente no Governo, até que os seus territórios africanos proclamaram a sua independência sob a égide e influência de Moscovo. Repare-se que o chamado regime Gonçalvista se manteve no poder pela força, até que a última das colónias africanas se emancipou e, portanto, perdeu todos os laços com a Metrópole, mas só depois de ficarem bem seguros os regimes pró-Moscovo que as tropas portuguesas lá instalaram.

Angola, a última a tornar-se independente, conheceu a retirada das tropas portuguesas em 11 de Novembro. Só a 25 de Novembro se deu o golpe militar que derrubou o Gonçalvismo. Portanto, depois de assegurada a incorporação de Angola na órbita soviética, ainda que, para tanto, hajam recorrido à descarada intervenção das tropas cubanas que despidoradamente possuem o território angolano pelas armas. De Moçambique já Moscovo se havia aposado em 25 de Junho.

Diz-me-ão que tudo isto foi feito com o apoio, ou talvez mesmo a conivência dos Estados Unidos da América. Aceito. Infelizmente, tal como na Conferência de Berlim de 1884, como na Sociedade das Nações e, mais tarde, menos ostensivamente, em jogadas sucessivas os imperialistas têm partilhado a África. Daí o afirmar-se hoje que a luta não é de povos, mas de Impérios. E até a própria



Europa não foge a esse flagelo. Veja-se, por exemplo, os Estados Unidos seguirem a tática de enfraquecer financeiramente os seus velhos e fiéis aliados europeus, através do jogo da desvalorização do dólar, para assim assegurarem o predomínio económico mundial.

Essa tática começou a concretizar-se às portas do Suez com a questão da nacionalização do petróleo árabe. No esquema esteve também a política de promoção da perda da influência europeia em África e agora a entrega desta à suzerania soviética.

Foi o que aconteceu às possessões portuguesas em África, na qual se incluí a minha Pátria. São estas as realidades de que nos vamos apercebendo, sem contudo as compreender por violarem as regras da lógica. E tudo isto em nome da NOVA ORDEM.

Quando lutávamos na mata, diziam-nos que era pela liberdade da nossa Nação. Agora que esta conhece a maior operação de sempre, depois de nos terem negado o prometido referendo democrático para dispormos livremente de nós mesmos, vêm-nos falar da NOVA ORDEM INTERNACIONAL, que ninguém percebe, que ninguém sabe exactamente o que seja. E isto confunde-nos, a nós africanos, que acreditamos na democracia e por ela nos batemos, sofremos e muitos de nós morreram. E essa confusão no nosso espírito cada dia que passa toma foros de maior grandeza, atingindo uma profundidade quase monstruosa que nos leva a não acreditar em mais nada, pois a realidade das coisas não corresponde à temática que tem informado a nossa luta e que o Ocidente sempre nos disse ser correcta e a nossa razão assim o entendeu também. Que se pretende, afinal? Lançar o Homem na angústia que o arrastará ao «cataclismo cósmico universal do pensamento» de que falava Max Scheler? Ou conquistar o mundo pela subjugação e neutralização total do Homem?

Não sabemos.

O que podemos, por ora, é fornecer lídimo testemunho da amargura que o povo moçambicano sofre em mal contida revolta contra a opressão de que está a ser vítima, opressão essa que lhe foi imposta e é mantida pela força das armas soviéticas, não sabemos se com ou sem a cumplicidade dos Estados Unidos da América.

Do que não temos dúvida é de que o é com o beneplácito e ajuda material da África do Sul. É este país que ajuda economicamente Moçambique em benefício directo da classe dirigente, enquanto os países do Pacto de Varsóvia o mantêm no aspecto militar. Um dá-lhe o pão, o outro as armas.

Entretanto, o povo oprimido e faminto, reage como pode. O poderio militar estatal é enorme para as dimensões africanas. E a espera, a paciência, a resignação é uma tática, até que alguém o ajude a quebrar as grilhetas e a lançar para o céu, bem alto, o grito da vingança — do ajuste de contas. O povo de Moçambique já entrou em guerra contra a Frelimo. A cisão é evidente. Quando, no esforço de guerra, o III Reich decretou a pena de morte por crimes de traição, esse regime condenou-se imediatamente ao colapso. Um governo não pode abrir guerra ao povo que governa; tem, isso sim, de ser emanção dele e funcionar como uma só peça, uma só força.

Pois o governo comunista de Samora Machel, cindindo-se cada vez mais do povo de Moçambique quer pela injustiça social, pela insegurança das pessoas, pelas prisões arbitrarias, pela ostentação insultuosa dos dirigentes em contraste com a miséria repugnante dos humildes, a prepotência, o abuso, a imoralidade, a corrupção, o suborno, as perseguições por motivos religiosos, étnicos e racionais, a incompetência, o regresso a imposições de quadros culturais e ideológicos absolutamente fora da sensibilidade popular, o Governo de Samora Machel, dizíamos, acaba de declarar guerra total ao povo, decretando a pena de

morte. A pena de morte, ou mesmo a tortura, indispensáveis na época colonial, são agora moeda de troca a aplicar ao massacrado povo de moçambicano.

Já tiveram lugar execuções públicas, por fuzilamento, num campo de futebol de Quelimane, com convite expresso feito ao bispo católico local para assistir. Agora, por lei, a pena de morte aplica-se ao casos de alta traição, atentado contra o Chefe de Estado e dirigentes do Partido ou do Estado, rebelião armada, motins, levantamento ou uso da força, terrorismo, espionagem e pirataria, mercenarismo, rapto, agitação, boato, tribalismo, racismo e divisionismo. E esta lei aplica-se tanto aos cidadãos moçambicanos como estrangeiros...

Só em estado de beligerância tais medidas são tomadas. O governo comunista do Naputo está em guerra. Em guerra contra o seu próprio povo.

É isto que o Ocidente tem de saber. É isto que os intelectuais europeus, o Conselho Mundial das Igrejas, os dirigentes dos países livres da Europa, o povo de cada uma das nações europeias tem de saber. E tem de saber, para que nos diga a nós, africanos democratas, se foi para isto que deu o seu dinheiro, a sua ajuda, o seu conselho, o seu apoio moral e material aos que, de armas na mão, combateram durante dez anos nos matagais de África, perecendo na luta não só as tropas de ocupação portuguesa, mas também populações moçambicanas inocentes, pois a sorte da guerra nem sempre permite seleccionar e fixar o inimigo a abater.

Membro da Frelimo da primeira hora, honrado pela Reitoria da Universidade de Oslo a trazer aqui a palavra da África oprimida pela influência belicista de Moscovo, não posso deixar de proclamar bem alto, a revolta que nos vai na alma, a confusão que nos absorve o espírito simples, de sabermos por que lutámos, para que lutámos: por nós ou por Moscovo?

Esta pergunta toma agora mais acuidade ao vermos inúmeras portas a fecharem-se-nos, escudos invisíveis que se nos interpõem em todas as diligências que desenvolvemos para dar a verdadeira paz e independência à nossa terra.

Nós, os democratas africanos, aqui deixamos o nosso apelo: ajudai-nos. A resistência, a resignação e a capacidade de sofrimento chegaram ao fim.

**AJUDAI-NOS!**



*Domingos Arouca dialogando com o Prof. Jan Brogger ved Universitete Trondheim*

# APOIO DO CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS AO COMUNISMO MUNDIAL

Em Brooklin, EUA, O líder terrorista Joshua Nkomo recebe 4000 dólares da Igreja Lord Pentecostal, prometendo empregá-los no «abrigo e vestuário» de 20 000 crianças refugiadas que está a treinar para a guerrilha.

*Abaixo:* o padrão de distribuição do Conselho Mundial das Igrejas na África Austral.



A distribuição de donativos monetários pelo Conselho Mundial das Igrejas na África Austral

ANGOLA — O Conselho fez donativos monetários ao marxista MPLA até à sua tomada do poder. Em 1971 a FNLA recusou um donativo irrisório.

SOUTH WEST AFRICA (Namibia) — O Conselho concede donativos a SWAPO marxista, mas nada ao SWANU.

MOZAMBIQUE — O Conselho faz donativos à FRELIMO marxista e recusa-os à COREMO.

RHODESIA — O Conselho concede donativos monetários aos marxistas ZAN e ZAPU mas nada aos movimentos moderados de Muzorewa ou Sithole.

O quadro acima demonstra bem o tipo de força a enfrentar na luta contra o comunismo mundial. A actual situação de revolta de algumas igrejas e contribuintes, que se deram conta da traição em que foram levados, permite contudo, esperar razoáveis alterações num futuro breve

## DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, INFORMAÇÃO E PROPAGANDA

### MILITANTES E SIMPATIZANTES

O DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, INFORMAÇÃO E PROPAGANDA, promove um jantar de confraternização entre militantes, simpatizantes e seus familiares, na sexta-feira, dia 4 de Maio pelas 19 horas, no HOTEL ROMA.

Do programa consta para além da audição de música moçambicana, a exibição — em sessão especial — do filme polémico do conhecido cineasta Courinha Ramos «MOÇAMBIQUE — DOCUMENTO VIVO».

Os militantes e simpatizantes interessados neste convívio, deverão fazer a reserva dos seus lugares através dos telefones 767761/2/3, até ao dia 30 de Abril.

A exibição do filme começará impreterivelmente às 19 horas.

Preço por pessoa 300\$00 (jantar incluindo bebidas).

COM AS NOSSAS MELHORES SAUDAÇÕES MOÇAMBICANAS

Lisboa, Março de 1979

# FRENTE UNIDA DEMOCRÁTICA DE MOÇAMBIQUE (FUMO)

## COMUNICADO

### RELAÇÕES MOÇAMBIQUE-PORTUGAL

O Presidente da FUMO reuniu com os membros do Conselho Permanente e os responsáveis do Departamento de Relações Internacionais para apreciação das relações entre a RPM e Portugal, tendo decidido tomar posição oficial sobre as mesmas.

Os responsáveis da FUMO têm acompanhado de perto as iniciativas dos portugueses para uma aproximação e cooperação com a actual regime marxista da RPM. Nomeadamente através de entidades portuguesas conotadas com o imperialismo soviético e, recentemente, através do general Sousa menezes, conhecido como um dos responsáveis pela entrega de Moçambique à Frelimo na sequência do acordo de Lusaka, e na repressão do levantamento de 7 de Setembro de 1974.

A actuação dos primeiros não constituiu mais do que uma tentativa de, em acordo com a Frelimo, pressionar as autoridades portuguesas para uma capitulação total perante os desígnios soviéticos. Isso só não foi possível porque a restauração democrática em Portugal impediu a continuação de tal política. Mesmo assim, foi possível anular toda e qualquer defesa dos nacionais portugueses ou dos moçambicanos apesar do compromisso assinado em Lusaka.

As poucas libertações de presos políticos pela RPM apenas foram possíveis por pressão da opinião pública mundial e por estratégia ignóbil da RPM.

E foi apenas a lei 5/77 da RPM, nacionalizando os departamentos bancários dos bancos nacionalizados portugueses, que pelas suas consequências levou as entidades portuguesas a darem-se conta e a reagir, ainda que timidamente, ao ataque da RPM. Mais ainda, começam a dar-se conta que Cabora-Bassa, com a responsabilidade assumida de 30 milhões de contos, é verdadeiramente o golpe de chantagem final que a RPM reserva para levar Portugal à posição de humilhação total. Daí o recurso a uma entidade militar não comprometida com o comunismo soviético, mas com provas dadas de colaboração na entrega de Moçambique ao regime totalitário da Frelimo.

Apesar das trágicas consequências advindas para os dois países do processo de descolonização e do desenvolvimento das suas relações nos últimos tempos, **a FUMO considera que os portugueses tiveram oportunidade única de aprender uma lição histórica.** Assim, passaram de uma posição de exploração e opressão colonial para uma situação de drasticamente penalizados e humilhantemente apodados de vencidos. Mas, irreversíveis que são diversas situações de facto, todo este drama virá facilitar as relações futuras, quando a FUMO conquistar o poder em Moçambique para instaurar um regime democrático, garante da liberdade, da paz e da justiça social para os moçambicanos. **Salvaguardados os respectivos interesses nacionais, as relações com Portugal poderão então caracterizar-se pelas normas da amizade e respeito mútuo, pela verdadeira cooperação entre os dois povos.**

É por isso que a FUMO desenvolve junto do Povo Moçambicano um esforço de esclarecimento que leve a facilitar esse entendimento futuro, pois os longos anos de injustiça não chegarão para destruir os verdadeiros elos de amizade criados. Esse esforço é, aliás, facilitado pelos exemplos vívidos e concretos dos racistas russos e de outros também ditos socialistas, apenas com a exclusão honrosa dos cidadãos da República Popular da China.

# APELO AOS MOÇAMBICANOS E AMIGOS DE MOÇAMBIQUE!

Moçambique encontra-se sob o jugo feroz da mais servil escravidão imposta pelos interesses do imperialismo soviético e pela traição do ditador SAMORA MACHEL e sua camarilha de lacaios sociais-fascistas.

Chegou a hora para todos os homens e mulheres moçambicanos, afastados da nossa Pátria pelos processos mais bárbaros, de nos reunirmos à volta da FUMO, que continua a simbolizar a verdadeira luta de libertação segundo a linha de MONDLANE, agora sufocada e amordaçada em tantos campos de concentração pelos que nos traíram e venderam ao imperialismo russo.

A FUMO apela para todos os que defendem a liberdade em Moçambique como um dos princípios dos Direitos Cívicos do Homem e alerta aos moçambicanos e amigos de Moçambique para as tarefas da verdadeira libertação que tanto desejamos, não só os que vivemos afastados da nossa Pátria como os oito milhões de compatriotas nossos oprimidos pela ditadura comandada de Moscovo, sob a chefia do fantoche megalómano SAMORA MACHEL, ao serviço da União Soviética.

Por isso, a FUMO mobiliza o coração e a consciência de todos os que nasceram ou viveram em Moçambique, agora refugiados em Portugal e nos restantes países do Mundo, no sentido de congregarem esforços e meios para apoio de todos os que nas florestas, vilas, cidades e campos constituem o braço armado na luta contra a tirania do ditador social-fascista SAMORA MACHEL.

Não basta desejar a morte da FRELIMO e do governo responsáveis pela ruína aparatosa de Moçambique, sujeitando o povo à fome e à tirania que o Mundo livre não pode ignorar. Não, não basta.

Torna-se necessário aceitar a participação na luta pela voluntária adesão à FUMO, o que traz a decisão de cada um de nós, nesta hora suprema de opção entre um Presente escravizado ou um Futuro próximo de liberdade em Moçambique.

*Xavier Mucumbe*

---

Mas o apelo da FUMO dirige-se também aos órgãos, associações e cidadãos democráticos em Portugal. Para que colaborem e exijam dos seus responsáveis uma actuação tendente a ajudar a liberdade do Povo Moçambicano e a estabelecer finalmente relações fraternas entre os nossos povos.

DEMOCRÁCIA, PAZ, PROGRESSO E LIBERDADE  
PARA MOÇAMBIQUE.

FRENTE UNIDA DEMOCRÁTICA DE MOÇAMBIQUE (FUMO).

Janeiro de 1979

## COMUNICADO

1. O Conselho Permanente da FRENTE UNIDADEMOCRÁTICA DE MOÇAMBIQUE «FUMO» condena veementemente o fuzilamento de sete moçambicanos, dois rodesianos e um português levado a cabo pelo regime comunista da FRELIMO em circunstâncias mais uma vez atentatórias dos mais elementares Direitos Humanos. De recordar que a própria «lei dos crimes contra a segurança do povo e do estado popular», no seu artigo 5.º, fixa o prazo de 5 dias para recurso da sentença condenatória. Ora, os réus foram julgados num dia e executados no dia seguinte, o que dispensa comentários.

2. Já no passado dia 28 de Março, em comunicado em Oslo, a FUMO havia alertado a opinião pública mundial para a dramática situação de milhares de presos políticos em Moçambique. Com efeito, aquela lei destina-se a dar cínica cobertura à eliminação física de todos os que heroicamente se opõem à ditadura totalitária, e à violação sistemática dos Direitos Humanos.

3. O Conselho Permanente da FUMO não pode deixar de lamentar só agora Portugal se atrever a tomar uma posição firme perante as arbitrariedades do regime marxista-leninista da FRELIMO o qual, ao longo dos últimos quatro anos, tem violentamente penalizado pessoas e bens de moçambicanos e de portugueses.

4. O Conselho Permanente da FUMO apreciou muito positivamente a posição firme e coerente assumida pelo Partido Social Democrata em Portugal, timidamente seguida pelo Centro Democrático Social.

5. Conforme o Conselho Permanente da FUMO já previa, o Governo da FRELIMO prepara as bases para se aposar totalmente da barragem de Cabora Bassa, golpe final que está prestes a ser viável através da cooperação, pelo apoio técnico especializado, e da própria África do Sul que, para além da estreita cooperação que tem mantido com a FRELIMO, não deixará de adquirir a energia daquela barragem.

6. O Conselho Permanente da FUMO exorta as autoridades Portuguesas e dos países do mundo livre para que ajudem a estabelecer em Moçambique um regime moderado, democrático e respeitador dos Direitos Humanos conforme preconizado pela FUMO. Só então se poderá considerar o estabelecimento de relações de verdadeira fraternidade, cooperação e respeito mútuo entre Moçambique e Portugal.

Em 5 de Abril de 1979

CONSELHO PERMANENTE DA FUMO

# FRELIMO

## NOVO ALIADO DA ÁFRICA DO SUL

*A definição correcta dos adversários e da sua força, é essencial para uma melhor aplicação dos meios de que dispomos no combate presente.*

*No combate pela liberdade do Povo Moçambicano, a FUMO enfrenta principalmente três adversários. Alguns não poderão encarar-se como inimigos, mas mesmo assim, pelas posições adversas ou de inércia, requerem um ataque adequado, quantas vezes mais desgastador do que o esforço que há-de aplicar-se na confrontação com o verdadeiro inimigo.*

*O primeiro adversário a enfrentar somos nós próprios, moçambicanos. A nossa firme vontade de lutar contra a opressão é o elemento essencial da vitória final. Por isso, há que lutar contra o desânimo, a miséria, a inércia. O medo, a tortura e a repressão não poderão de forma alguma anular o nosso querer, a nossa vontade de dar a Moçambique e ao seu Povo um regime progressivo, de paz, liberdade e justiça.*

*Nesse sentido vai o actual esforço de reorganização e de mobilização dentro de Moçambique e é preciso que ele se repercuta também naqueles que, vivendo exilados, desejam o regresso à sua Pátria de nascimento ou de opção.*

*Pela adversidade com que nos encara há, ainda, que enfrentar o sério e duro adversário que é o regime Sul-africano, mais propriamente os seus principais responsáveis. Confundidos pela violenta campanha mundial, contra o seu sistema de segregação de raças, conduzida pela Rússia e favorecida pela ambiguidade dos países ocidentais, os Sul-africanos fizeram o pacto do diabo com o regime frelimista. Com efeito, têm em Samora Machel um verdadeiro aliado, dado que este está completamente dependente do suporte financeiro e alimentar do país vizinho, ao qual apenas verbalmente ataca e apenas para guardar as aparências. A situação é tão criminosa que a Frelimo, dito partido marxista-leninista, continua, tal como o antigo regime colonizador, a fornecer a mão-de-obra escrava para que o vizinho capitalista possa manter a produção nas suas minas de ouro.*

*Obtém, assim, a África do Sul a garantia de boa vizinhança e de colaboração, ganhando tempo para deixar arrefecer os ânimos e atentar a outros problemas. Pactua, assim, com Samora Machel. Pior ainda, leva esse pacto ao ponto de desapoiar o Zimbabwe-Rodésia no seu projecto de transição para um governo de maioria, como ainda, não apoiando, perseguir os movimentos que lutam contra a Frelimo. São inúmeros os exemplos de tentativas para espiares as nossas actividades militares ciosos de agradares aos seus novos «amigos», não hesitando em prender os nossos militantes.*

*Samora Machel e o seu regime são, afinal, o adversário menos difícil, apesar do apoio militar dos russos, cubanos e outros comunistas-traduzido em tropa e armamento. Sem o apoio do Povo não subsistirá o regime da Frelimo por maior que seja a repressão. O Povo Moçambicano está, farto da fome, da miséria e da tortura; de pagar a corrupção, o despudor e a apulência dos novos czares. O Povo Moçambicano acumula já em si a força que há-de em breve derrubar o espantallo frelimista e os seus algozes.*

# SAMORA MACHEL decidiu destruir a Igreja Moçambicana

A Igreja em Moçambique está a sofrer horas penosas. As notícias que de lá chegam cada vez nos confirmam essa triste realidade. Vem-nos, agora, uma carta de um missionário que é um lamento que traduz a tragédia que caiu sobre aquela comunidade a que estamos arreigados e que depois da descolonização encontrou a ditadura mais feroz, debaixo da pata ferrada do comunismo. Diz-nos o missionário:

«... Nuvens negras pairam sobre a já bem provada Igreja de Moçambique. Em princípios deste mês de Dezembro, realizou-se um «grande» encontro entre o Governo de Moçambique e a Conferência Episcopal. O ministro Sousa Vieira, em nome de todo o Governo e do Comité Central do Partido, perorou por mais de duas horas, procurando demonstrar por a mais b, que a Igreja foi inimiga do Povo moçambicano desde os inícios do período colonial, que o foi igualmente durante a guerra de libertação e que continuou (e continua) a sê-lo após a Independência. Para tirar a seguinte conclusão: A Igreja, inimiga do Povo, reaccionária e aliada ao imperialismo internacional, não tem direito à liberdade. A partir daqui é fácil prever a que conclusões chegaria; Sousa Vieira, dividiu-as em 7 pontos que eu vou procurar resumir. Poderás desta maneira ficar com uma ideia de desgraça que irá desabar sobre a Igreja moçambicana.

## CENSURA, ABOLIÇÃO DE ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS E DIFICULDADES NO RECRUTAMENTO DAS VOCAÇÕES

1. — **Imprensa.** Ficará totalmente sobre controlo do Partido ou do Estado. Qualquer publicação eclesiástica impressa ou ciclostilada terá de se submeter à censura oficial. Qualquer importação, gratuita mesmo, de livros e revistas terá de se fazer sob os auspícios das estruturas governamentais competentes. Tudo isto para ajudar a Igreja a livrar-se da pecha do reaccionarismo primitivo que a afoga...

2 — **Associações religiosas.** Ficam completamente abolidas. Daqui para a frente pontificarão as associações estatais do género da O.J.M. (Organização da Juventude Moçambicana) ou da O.M.M. (Organização da Mulher Moçambicana). Proibidas igualmente quaisquer reuniões ecuménicas.

3. — **Vocações.** A entrada na vida religiosa ou nos seminários fica subordinada às seguintes condições: um mínimo de 18 anos; ter cumprido o serviço militar; ter concluído pelo menos a 9.ª classe de escolaridade, após o que terá de servir o Estado durante os anos que este achar convenientes..., a fim de se compensarem as despesas. Mais: as bolsas de estudo, no País ou no estrangeiro, terão de estar de acordo com os interesses prioritários do Estado.

## VITÓRIAS DIPLOMÁTICAS DA FUMO PROJECTO DE CONSTITUIÇÃO POLÍTICA

O projecto de Constituição Política da República de Moçambique, elaborado por um grupo de juristas da FUMO, foi já traduzido em inglês. Este projecto será muito brevemente publicado, nas línguas portuguesa e inglesa, sob os auspícios de uma famosa Universidade americana.

## NATURAIS E EX-RESIDENTES DE MOÇAMBIQUE EM PORTUGAL

Centena e meia de naturais e ex-residentes de Moçambique, reuniram-se em Lisboa em 12 de Janeiro. Para além da oportunidade de convívio, decidiram constituir-se em delegação da ANERM, associação de moçambicanos já constituída e com sede em Braga. Os seus objectivos principais são o convívio e a inter-ajuda, as práticas desportivas, culturais, recreativas e outras realizações de interesse social.

Não foi excluída a eventual intervenção política.

A FUMO considera do maior interesse para a união de todos os moçambicanos no exílio a adesão generalizada à ANERM. Vários dos seus militantes e simpatizantes participaram na reunião, assim como o Presidente Dr. Domingos Arouca, que, embora chegando já no final dos trabalhos, foi recebido com espontânea e calorosa aclamação e saudado amistosamente pela maioria dos presentes.

## CONFISCO DE AJUDAS INTERNACIONAIS E PROIBIÇÃO DE ACTIVIDADE RELIGIOSA

4. — **Acção Social.** A Igreja deve canalizar quaisquer ajudas de organismos internacionais para as estruturas governamentais competentes, dado que só estas conhecem as reais necessidades do País. Desta maneira se evitará o «nojento» proselitismo religioso, com base na oferta.

5. — **Actividade Religiosa.** Ficará totalmente circunscrita aos locais de culto que **serão explicitados pelo Estado.** Rezar, ensinar a catequese, administrar os sacramentos, só nesses locais. Qualquer manifestação religiosa, fora deles, é terminantemente proibida e, naturalmente, sujeita a sanções. Constitui crime de lesa majestade qualquer sintoma de «obscurantismo» nas aldeias comunais, nas zonas libertadas, nas unidades escolares, centros de formação e promoção, ou nos quartéis.

**Todos os lugares de culto, a partir de agora, passam a ser considerados património nacional;** o Estado, ao menos por enquanto, entrega-os à administração da Igreja... o que não impede que este ou aquele, por motivos históricos ou valor artístico venha a ser transformado em museu ou considerados monumentos nacionais. Razão destas medidas drásticas: «não são estas Igrejas fruto do sangue do povo moçambicano?».

6. — **Entrada de pessoal missionário.** Por si não está proibida. Ter-se-á de contactar com os ministérios ligados à emigração. Evidentemente que, na aceitação de estrangeiros, há que atender à lei das prioridades: primeiro, ensino; segundo, assis-

tência; terceiro, defesa... Não sei em que lugar, num país marxista, virá a acção missionária!...

## MINISTÉRIO DOS CULTOS SOVIÉTICOS

Já foi criado um organismo oficial, uma espécie de Ministério dos Cultos soviético, que terá por encargo velar pela «correcta» vivência da vida cristã ou religiosa em Moçambique.

Ignoro se estas «normas práticas» são extensivas às demais Igrejas e religiões. Só sei que estas foram apresentadas pelo Governo à Conferência Episcopal. Espera-se, a todo o momento, a publicação oficial das «normas». Dir-se-ia que Moçambique, noviço no mundo socialista, volta aos «bons tempos» da era estalinista.

É consciente do carácter divino da Igreja, que me deu para comparar o Governo moçambicano àquele velho racionalista do séc. XIX que se dizia capaz de apagar as estrelas com um apagador de sacristão pernetas».

## MAIS EXECUÇÕES EM MOÇAMBIQUE

O tribunal revolucionário de Moçambique anunciou mais dez condenações à morte por fuzilamento: quatro rodesianos e seis moçambicanos. O tribunal, criado em 29 de Março, divulgou haver pronunciado aquelas dez condenações, após julgamento efectuado em 4 e 5 do corrente. A lei que criou este tribunal estipula que não há recurso das sentenças e que as mesmas devem ser executadas dentro de um período de cinco dias. Assim, os dez condenados já devem ter sido fuzilados. Os réus e os crimes de que foram considerados culpados são os seguintes: Roby Joaquim Pereira, de 28 anos, natural de Maputo, mercenarismo e agitação; Armando Maposse, de 41, Gaza, alta traição e mercenarismo; Frank Chilengue, de 21, da Rodésia, mercenarismo e espionagem; Nimirode Gena, de 24, da Rodésia, espionagem; Joseph Maposse, de 36, de Manica, espionagem; Li Chuem, de 25, de Gaza, espionagem; Conjane Francisco Zinotenga, de 20, de Sofala, alta traição, Namu Macope, de 20, da Rodésia, espionagem; Chabreque Sithole, de 34, da Rodésia, espionagem. Recordar-se que o primeiro julgamento por aquele tribunal foi efectuado em 30 e 31 de Março passado tendo terminado pela condeução à morte e imediato fuzilamento de um português, dois rodesianos e sete moçambicanos. A execução do cidadão português Rui Manuel Nunes da Silva, sem que as autoridades diplomáticas ou consulares portuguesas em Maputo tivessem tempo de lhe facultar qualquer assistência originou um enérgico protesto do Governo de Lisboa.

## NOTÍCIAS DO CHIMOIO

### VIOLAÇÃO DE MENORES NO HOSPITAL DE VILA PERY

Durante o mês de Novembro p.p., algo de horrendo se passou no Hospital desta cidade. Menores com idades entre os 14/15 anos que estavam internadas no Hospital, algumas na sala de reanimação, queixaram-se aos médicos de dores na região dos órgãos sexuais. Devidamente observadas, verificou-se que tinham sido violentadas enquanto dormiam sob efeitos de calmantes.

Descobertos os autores do hediondo atentado, enfermeiros progressistas da Frelimo, foram severa e selvaticamente castigados por ordem do Governador Manuel António, num acto que fez esquecer de longe os métodos da PIDE. Tal severidade provocou a ira das populações, desejosa de justiça mas não desta forma, fazendo com que o cobarde Manuel António não comparecesse a um comício convocado para discutir o caso, com receio de enfrentar as populações em revolta.

Saiu uma ordem para a polícia, dizendo que quem for apanhado a falar nestes acontecimentos deverá ser preso e condenado a 8 anos de prisão.

### PRISÃO DE PROFESSORES

Nos recentes exames da 4.ª classe, uma das perguntas políticas do ponto era:

Quem matou Eduardo Mondlane?

Por unanimidade e para surpresa geral os alunos responderam:

Foi o presidente Samora Moisés Machel por ambição do poder.

Parece anedota mas é verdade, a comprová-la estão as posteriores prisões dos professores acusados de terem ensinado os alunos a responderem daquela forma.

A contestação contra a ditadura da Frelimo generaliza-se e estende-se a todas as camadas do povo. A semente da revolta contra a mentira e prepotências nasce na nossa juventude, suporte da nossa luta e certeza de continuidade futura.

### QUADROS DA FRELIMO

Quando da transformação da Frelimo em Partido, deram-se ao luxo de querer seleccionar os militantes de elite. Contudo, finda a euforia inicial e depois do apuramento do saldo, deram pela verdade, de que os tais bons não chegavam para encher a mesa de honra.

Então começaram a recrutar de empresa em empresa, de repartição em repartição, voluntários obrigatórios pressionando os elementos mais competentes com ameaças e chantagens, tão ao sabor dos sociais-fascistas, de que se não se increasessem como militantes perderiam os cargos.

Perante esta suja realidade, muitos tiveram de aderir e quem se manteve neutro e firme ao lado do povo sacrificado, não desejando comprometer-se com os opressores, foi mesmo para a rua ou para os campos de reeducação, leia-se concentração.

### VIVA A CONSOLIDAÇÃO DAS ZONAS LIBERTADAS NINGUÉM CALARÁ A VOZ DO POVO OPRIMIDO

Vila Pery, Dezembro de 1978

ZACARIAS JOFANE



# A LINGUAGEM DAS ARMAS E A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Ao fim de mais de quatro anos de domínio soviético os países africanos de expressão portuguesa, exercido por interpostos agentes estrangeiros, começam a surgir tomadas de posição e aberturas à realidade ineludível: esses países não podem progredir, nem sequer viver em regime de estagnação, enquanto forem pasto de rapina dos invasores e dos que, nascidos embora nesses territórios, não passam de mandaretas dos interesses internacionais que servem, manifestamente estranhos ao bem-estar dos povos que governam.

No caso de Angola, é o político norte-americano Henry Kissinger que afirma: «Tem grande importância o facto de um pequeno estado das Caraíbas, como Cuba, enviar forças expedicionárias a todo o mundo para combater a influência ocidental. Não podemos continuar a aceitá-lo, pois é incompatível com a existência pacífica. A acção cubana tem de ser travada».

Os caminhos ínvios do raciocínio plasmado dos norte-americanos tem nestas palavras um expoente característico: tudo reduzem à coexistência pacífica ou equilíbrio de forças, quando pretendem opor-se ao expansionismo soviético; quando procuram o enfraquecimento dos seus parceiros e velhos aliados, a quem atraíam a cada instante, invocam o direito dos povos disporem de si próprios ou a violação dos direitos humanos.

Esta prática por parte da ainda mais poderosa nação do mundo tem trazido sacrifício de vidas em termos astronómicos que em nada ficam a dever aos morticínios das anteriores guerras mundiais. Só que, desta vez, as vítimas estão bem longe da comunidade americana. São europeus, africanos, libaneses e asiáticos.

Ainda há tempos, com uma hipocrisia sarcástica, Carter afirmava, acerca da Rodésia, que não tinha sido ele quem criara a situação explosiva que se vive naquele país. Quem foi então? Quem armou as guerrilhas? Quem as sustenta? Quem obsta a que, em todo o sul da África, os nacionalistas não comunistas estejam impedidos de se organizar, cortando-lhes todo o apoio e ameaçando-os até das mais graves represálias? Quem permitiu e até fomentou a desestabilização daquela parte de África? Quem abandonou o Governo de Lisboa, negando-lhe toda a ajuda que então implorava para, dentro do possível, evitar que Moçambique e Angola caíssem no domínio de Moscovo, como era propósito dos elementos comunistas infiltrados no aparelho de Estado

que então se apossara do governo português? Quem atraçou as tropas sul-africanas em Angola, tendo persuadido primeiro o governo sul-africano a invadir aquele país para varrer os cubanos e permitir eleições livres e depois lhes impôs a retirada? Quem adoptou o caminho da guerrilha contra Portugal, quando podia, por meios diplomáticos, levar o governo deste país a dar a independência aos seus territórios ultramarinos em termos honrosos e sem provocar o colapso que depois surgiu?

Quando as forças amantes da liberdade de Angola e Moçambique solicitam a ajuda dos países que se encarniçam pela defesa dos direitos do Homem e pela não interferência dos Estados na vida política de outros países soberanos, a resposta que agora se recebe é sempre a mesma: «peguem em armas e lutem», «vão para a frente de combate». É, afinal, a proclamação e o incitamento à linguagem das armas, à legitimação da violência. Isto quando há outras formas de ajuda sem ser necessário o recurso à morte.

Em Portugal, o equívoco é o mesmo. Pretende-se dialogar e colaborar com os governos destruidores de Angola e Moçambique. Diálogo inútil e colaboração impossível. O momento é de luta. Os comunistas só aceitam meios de paz como instrumento de guerra. O programa é infiltrar, destruir, aniquilar. Usar linguagem diferente é capitular.

No caso especial da nossa terra moçambicana, cada vez mais Portugal se vai distanciando das gerações e gerações da comunhão de sentimentos, do progresso e da cultura que com sacrifícios de séculos se conseguiu. As populações sentem o abandono a que os seus irmãos portugueses as têm votado, deixando-as no maior sofrimento.

Se Portugal é de novo senhor dos seus destinos e da sua vontade nacional nós, moçambicanos, podemos perguntar: «Por quê, velho e querido irmão? Por quê este desinteresse, esta renúncia à vida comum?»

É o povo português que terá de pressionar os seus dirigentes políticos para que tentem ainda salvar os laços de identidade entre as duas nações.

Impõe-se que sejamos no mundo uma presença ideológica, económica, social e política relevante. Senão não valeu a pena cinco séculos de vida de braços dados no mesmo esforço de trabalho para fazer um país livre.

*Fabião Chiconela*

## RECONHECIMENTO OFICIAL DA FUMO NOS EUA

Foi aceite pelas autoridades americanas o registo oficial da FUMO, ao abrigo da «Foreign Agent Registration Act», que, a partir de agora, adquire o direito de manter uma Agência de Propaganda Política em New York. Do facto foi dada a devida publicidade no jornal «Legal Times» de Washington, na sua edição de 10 de Setembro de 1978, nomeando como representantes legais o Professor Albert P. Blaustein (da Faculdade de Direito da Rutgers Univerity) e o Dr. Artur Vilanculos, também professor universitário em Nova Iorque, antigo militante da Frelimo, natural de Inhambane; os objectivos principais consistem em obter o reconhecimento e divulgação dos objectivos políticos da FUMO.

## NÓS, O VIETNAM E O HEGEMONISMO SOVIÉTICO

Como sempre, a máquina da propaganda soviética, decalcada do original nazi que se acoberta sob a bandeira da República Democrática Alemã, procura inverter, nos areópagos internacionais, a criminosa invasão do Camboja pelo Vietnam — «A Cuba Asiática» — como um acto de libertação...

Nós, moçambicanos, sentimos na nossa alma e carne o que quer dizer «libertação» soviética, tal como foi também aplicada em Angola, Etiópia, Afeganistão, Lémen do Sul e noutras zonas do globo, através da mercenária Cuba.

Sejamos claros: os argumentos da Alemanha hitleriana, invocados como justificação para a defesa das minorias alemãs em vários países europeus, são gémeos dos que a Rússia apregoa quanto à «libertação» dos povos africanos. Por isso, saudamos a decisão da velha e sábia CHINA, ao opor-se ao triunfalismo moscovita, agora, no Extremo Oriente, e ao acusar a Rússia como fatora de um expansionismo agressivo e criminoso, sob a bandeira do internacionalismo político, cujo fim é a conquista e o domínio dos povos do nosso planeta, essência do hegemonismo político social-fascista, irmão gémeo do arianismo hitleriano.

A FRENTE UNIDA DEMOCRÁTICA DE MOÇAMBIQUE — «FUMO» — herdeira histórica da luta de libertação iniciada por EDUARDO MONDLANE, saúda a atitude corajosa da República Popular da China e apoia a opinião do Mundo Livre que condena a agressão e ocupação do Camboja pelo Vietnam, sob instigação soviética.

Ao contrário da FRELIMO — governo fantoche ao serviço do social-fascismo — a FUMO afirma que a lição dada pela CHINA ao provocador VIETNAM, serve a esperança da libertação dos povos que, no mundo, são colónias russas, e ainda a certeza de que se iniciou a contagem regressiva para a derrocada final do hegemonismo moscovita, e com esta a libertação da pátria querida de Moçambique, por agora escravizada pela ditadura e pena de morte do fantoche Machel.

## BILHETES DE VISITA

De visita, sim senhores, pois que não sou da casa. E não sou intruso: outrossim, para aqui fui convidado por estimáveis Amigos que tenho na FUMO, à qual não pertenço mas que me merece a natural simpatia que, costumadamente, voto às causas justas.

É de bom grado que aceito escrever neste «boletim informativo», nome modesto, a meu ver. Porque já é quase uma «revista», pouco lhe falta.

Não sou moçambicano; mas estou ligado a Moçambique pelos vinte anos que lá vivi a trabalhar e, além disso, nasceram-me três netos, em Lourenço Marques.

Nasci no Continente, tenho a Pátria que tenho. Que, por sinal, está actualmente muito por baixo; mas isso é assunto doméstico, havemos nós de resolvê-lo...

Quem precisa de Pátria são os moçambicanos, tanto os que andam dispersos por esse mundo de Cristo, como os que ficaram e permanecem naquele grande País, à mercê do Partido Único que finge governá-lo, e entretanto **se governa**, à custa da miséria do povo.

**Por isso, estou com a FUMO.** Coerentemente, já que também lutei por ideais de fundamento igual aos seus: Uma Nação realmente independente, para negros e brancos, para todos os que ali labutam e vivem. Com um Governo eleito pelo POVO, sem trapações, sem batota, sem artimanhas. Todos de mãos dadas, para uma Pátria Nova.

Seria essa a solução correcta, a única verdadeiramente humana, para enfrentar uma situação que... afinal nem era problema.

— Mas não: porque logo surgiu do esterco um grupelho branco que — de bandeja — deu o poder a um outro grupelho preto. Ambos sem qualquer representatividade, que não a ambição e o oportunismo, numa «mesa redonda», algures, numa Lusaka que para o caso não era chamada.

E, de pronto, aparece o padrinho moscovita, a dar a bênção ao cardume... Tudo feito nas costas dos moçambicanos e dos portugueses, tudo apoiado nas G3 e nas Kalash-Nikov do asqueroso conluio.

Entretanto, hoje já ninguém acredita que tal coisa fosse «de bandeja», de graça. Muito de aquilo com que se compram os melões, estará a bom recato nos Bancos da Suíça, respeitável organização bancária que se encarrega de aferrolhar dinheiro de ladrões, como é sabido.

Passo-a-passo, tropeça aqui ou escorrega ali, Moçambique — mudado de dono, para pior — vai-se degradando sem paragem, nas unhas da incompetência e do despudor de um bando, de instintos primários.

Majesticamente presidido por um cretino quase analfabeto, o que não é o pior que pode acontecer...

O pior (das piores) reside no facto de o tulano ser uma espécie de leopardo esfomeado e fugido da jaula.

Deve ser lindo, despojado da pele natural e vestido pelo alfaiate parisiense donde gasta...

*Manuel Laurentino*

## «O PARAÍSO DO JAMOR»

«Vale do Jamor» — Quinta do Balteiro

Muito se tem dito e escrito sobre este CAMPO DE REFUGIADOS; muito falta ainda acrescentar. Cada dia há mais um pouco para saber acerca desse aglomerado populacional e das condições em que são obrigados a viver, por imposição do GOLPE DE ESTADO FLORIDO.

QUINTA DO BALTEIRO, oculto pela folhagem dos eucaliptos — plantados na encosta que dá de LINDA-A-VELHA para o VALE DO JAMOR — parece querer encobrir as misérias impostas por desígnios obscuros, não se sabe bem por QUEM e para que FINS.

«CAMPO DA MORTE LENTA», «CEMITÉRIO DE VIVOS», nomes que já vão sendo dados à QUINTA DO BALTEIRO.

O local que no Verão pode ser ameno, no Inverno é um lamaçal. As águas pluviais, descem encosta abaixo, desde LINDA-A-VELHA, precipitando-se no rio Jamor, passando pelo «campo» deixando um lamaçal, como é óbvio.

Para turista ver a Cruz Vermelha mandou espalhar brita na rua principal mas a quantidade é insuficiente. Por entre as «barracas» a lama é o pavimento.

No «campo» vivem cerca de 60 famílias timorenses e 30 de angolanos. Os moçambicanos, são cerca de 150 famílias. Na maior parte, são indivíduos desenraizados e não se adaptam a viver em Portugal. Alimentam todos eles a esperança de um dia regressarem às terras de origem ou onde viviam.

Facilmente têm sido manobrados aos interesses partidários em nítido prejuízo deles próprios, fomentando a divisão constante, evitando a possível união que naturalmente traduziria «PERIGO» para o poder instalado, a começar pelos Departamentos encarregados de minorarem(?) as condições a que foram levados.

As habitações são «barracas» de madeira prensada, oferecidas pela Suécia e Noruega e que positivamente crismaram de «casas».

As «barracas» oferecidas pela Suécia, metem água, pelo que se costuma chamar de telhado. Há famílias que vivem na mesma «barraca» sendo as divisões, a que chamam «quartos», separadas por mantas penduradas.

A maior parte das «barracas» não possuem uma mesa e cadeiras, porque não há e por falta de espaço.

As camas são beliches do tipo militar; a cada pessoa foi distribuído um colchão, duas mantas ordinárias, (abro aqui um parêntesis para sublinhar que da Suécia, Holanda, Dinamarca e Noruega, vieram grandes quantidades de boas mantas mas que nenhuma delas vieram para o «campo»; as mantas do «campo» são as utilizadas nas camaratas das prisões e nos quartéis) dois lençóis, uma almofada e uma fronha. Não há cobertas ou colchas.

Para cada barraca foi distribuído um aquecedor a petróleo, mas como não fornecem o combustível, o utensílio é só aparato para «turista» ver.

Para cada barraca foi distribuído também um jarro de plástico e uma bacia de plástico com que os moradores carregam a água e fazem as suas abluções.

Para cada seis pessoas é distribuído por semana: Um quilo de sabão, três rolos de papel higiénico, dois pacotes pequenos de detergente em pó e meio litro de lexívia.

As barracas têm luz, mas esta muitas vezes falta e, por vezes, por longos períodos. Acrescenta-se que nas barracas que têm luz, foram os moradores obrigados a pagar a instalação eléctrica; mesmo assim, só o puderam fazer mediante uma declaração escrita que seriam obrigados a deixar a instalação intacta e outros benefícios na barraca, sem qualquer indemnização, por parte da Cruz Vermelha. Cada instalação orçou cerca de dois contos que os retornados pagaram, para terem luz na barraca, fraca pois a luz é de corrente contínua.

A alimentação é de péssima confecção. A sopa é abundante mas é muito aguada, o que equivale a ninguém a comer.

O pequeno-almoço consiste num papo-seco barrado com margarina e um púcaro com leite ou café.

O almoço ou o jantar é a «sopa do costume» e um prato e um quarto de pão e uma maçã raquítica.

Acontece que a esta panorâmica se acrescenta o «TERROR» psicológico infligido no dia-a-dia aos desalojados por parte do IARN/CRUZ VERMELHA. Há a intensão, PREMEDITADA, de manter os desalojados sob insegurança, não só no que respeita à parca alimentação, mas também, ao mísero tecto.

Atante-se que, as barracas foram oferecidas, por países nórdicos, para os desalojados. Foram os desalojados que as montaram, e nelas vivem e os desalojados as julgam suas. Todavia, a Cruz Vermelha e o IARN, não pensam da mesma maneira. Daí que os solícitos funcionários, para manter o «ESPÍRITO DE TERROR» vão ameaçando, constantemente, adiantam prazos até, para a desocupação do «campo». Os desalojados, deste modo, vão sentindo no espírito que o casebre não é para eles e não é deles.

Para os desalojados há só o tão insistido «Subsídio de Integração» (25 contos), 30 contos por casal.

A nova ameaça da Cruz Vermelha é que os desalojados têm de sair de qualquer maneira. O «campo» vai ficar para os «REFUGIADOS» da O.N.U.

À pergunta dos desalojados, — para onde vão? — não respondem. Dizem que isso é com eles próprios e, aconselham: Recebam o subsídio, é a única hipótese...

Assim se faz e se tem feito, para se livrarem dos desalojados e se livrarem de responsabilidades os «ALTOS» DIGNATÁRIOS dos Governos que temos tido.

Os desalojados já foram «devidamente esclarecidos»(?) ou saem, aceitando o subsídio ou então, para começar, a alimentação ser-lhes-á cortada a partir de Janeiro.

É assim que os desalojados vivem, um ambiente de «TERROR PSICOLÓGICO» constante, de molde a enfraquecer-lhes as resistências psíquicas, físicas e morais até. E não é só... Há mais: — Quando algum doente necessita ambulância, esta embora velhíssima, dificilmente se consegue. Chega-se ao despudor de exigir ao doente, que vá ele próprio, solicitar o transporte.

E, se o doente quase sem forças o faz, logo, aquelas «cabeças» inteligentemente dizem «que não estão assim tão doentes, vão a pé». «Quem tem pernas para vir aqui (Secretaria) também pode ir apanhar o eléctrico ou o autocarro».

Enfermaria não existe; — Há um pseudo Posto de Socorros mas, nem uma simples aspirina tem. Só tem mercúrio-cromo e algodão. Quem precisar de um penso, injeção ou aspirina, tem que ir à Quinta da Graça; sujeitar-se a horas numa «bicha» infernal.

CONCLUSÃO! — Não há tempo para se ficar doente. Ou o organismo suporta ou se morre.

Mas este «VALE DE LÁGRIMAS» imposto aos desalojados, não fica por aqui: Cada vez se vai refinando a perfídia.

Estudam-se novas formas, aplicam-se novas receitas, estudadas nos «Laboratórios» do IARN/CRUZ VERMELHA, os Departamentos que, parece(?) destinados a minorar as carências e encontrar a melhor forma de integrar(?) os desalojados.

Assim, continuemos, agora, no respeitante aos alunos de Escolas Primárias e Secundárias. A maior parte das crianças são subalimentadas, por outras palavras: PASSAM FOME. Não basta a comida ser má. Os alunos privam-se muitas vezes de refeições, para não faltar às aulas. Os horários das aulas coincidem com as horas das refeições e acontece, ou comem a horas e não vão à escola ou vão à escola e comem duas ou três horas depois. Não há um lanche para os estudantes. Alguns, têm a sorte de o pai receber os parcos escudos de 60 % dos pequenos vencimentos que o Estado por FAVOR dá, aos que por serviços prestados ao Estado, ainda vão recebendo. Os outros, sem recursos, vêem-se as mães ou irmãs mais velhas, prostituindo o seu corpo, para angariar meios, para irem vivendo um pouco melhor, fugindo assim à miserável vida do «campo» em que os vão obrigando a viver.

Quem ainda consegue manter a dignidade, resquícios de um passado e de uma educação que tiveram, passam fome.

Depois disto, e ainda relacionado com os quó estudam, dá-se uma ideia da assistência aos alunos, a começar pelo transporte. O transporte das crianças é feito a monte, como GADO, num velho camião militar, todo latas a abanar, ufano de sua velhice, digno de ser conservado num Museu de Antiguidades. Mais velho que a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial,

poderia não servir para nada mas, para o transporte de crianças desalojadas, a Cruz Vermelha, terá achado ser muito bom, embora não ofereça as mínimas condições de segurança.

E tanto assim é, que a Cruz Vermelha decidiu, ela própria, num rasgo de generosidade, que já é apanágio, obrigar as crianças a pagar um seguro de vida, devido à insegurança do transporte utilizado.

Há perigo para as crianças? HÁ. Não somos nós que duvidamos. Substituir o transporte? ISSO NÃO! Embora se reconheça ser perigoso viajar em tal «CARCAÇA», o melhor é o seguro de vida a «SACAR» às crianças. Podem morrer descansadas. Os pais receberão(?) pelo seu sacrifício e, porque não, este macabro pensamento? — TERÃO DINHEIRO PARA SE REINTEGRAR NA SOCIEDADE. Mas e a respeito deste «SEGURO» — quem não o subscrever já não pode usar o transporte!

Há muito mais coisas para esclarecer... Entre elas, as verbas dispendiosas gastas com os desalojados não se sabe onde. Mas a verdade é como o azeite, diz o Povo e com razão, há-de vir à superfície...

A par disto, é claro que as barracas não têm sanitários. Em todo o campo existem três sanitários mas dois estão com os esgotos entupidos. Os excrementos escorrem pelo chão. Não têm luz instalada. Quem tiver de se deslocar de noite, só às apalpadelas.

BRADA AOS CÉUS tanta miséria, provocada e CONSENTIDA. Fetos de abortos têm sido encontrados nos sanitários. Prostituição existe não só no «campo» como extra-arames.

Quando se deduz que esta situação é deliberada, ocorre-nos — É ESTA A EXPLICAÇÃO QUE TEMOS — embora fácil mas, que expliquem só para entendermos.

Porque já se gastaram centenas — ou quantias superiores a um e dois milhares — de contos por Família e se, continua a mantê-los nas mesmas condições, cada vez piores, embora se vá desembolsando que legitimamente devia ser entregue aos desalojados, pois a eles foi destinado.

**PORQUÊ**, que o Alto-Comissário anulou, pura e simplesmente, com a desculpa de não haver dinheiro, projectos já autorizados pela C.I.F.R.E. quando se soube, que os estudos económicos apresentados nas Repartições competentes e dentro dos prazos estabelecidos eram de desalojados do BALTEIRO e não só.

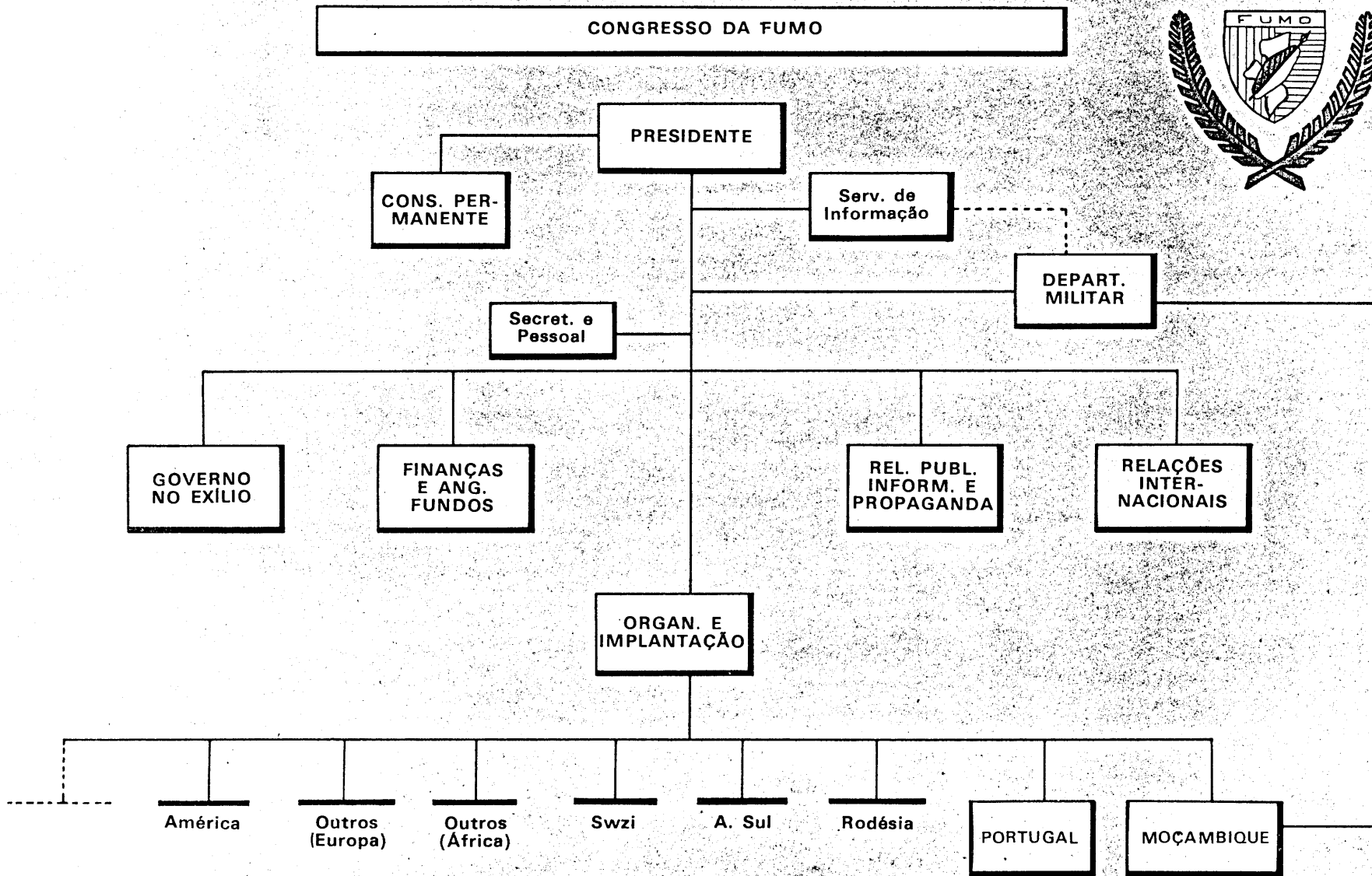
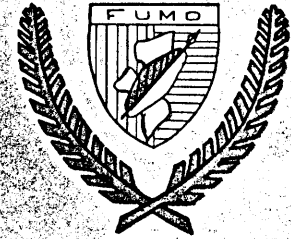
Foram os projectos feitos por economistas competentes que desinteressadamente, ajudaram os desalojados mas, que o Alto-Comissário, não está interessado que tal seja uma realidade. Este projecto, aliado a outros iria, numa primeira fase «LIBERTAR» do BALTEIRO 80 FAMÍLIAS.

Anulando o financiamento, discricionariamente, o Alto-Comissário, só não impediu que desalojados se integrassem, (num plano feito para o interesse nacional, convenhamos), mas sim, a continuação nas condições infra-humanas em que são obrigados a viver, e a suportar o «TERROR PSICOLÓGICO» e não só, **pelo grave e nefando crime de quererem ser Portugueses**, embora a maioria seja de cor, nunca olvidaram o sangue de seus avós, e sempre puseram a PÁTRIA, acima de INTERESSES PESSOAIS. Mas isto já é outra música, que terá de ser ouvida DOA AOS OUVIDOS QUE DOEREM!!!!

A. Satsima

# FRENTE UNIDA DEMOCRÁTICA DE MOÇAMBIQUE

## ORGANIGRAMA



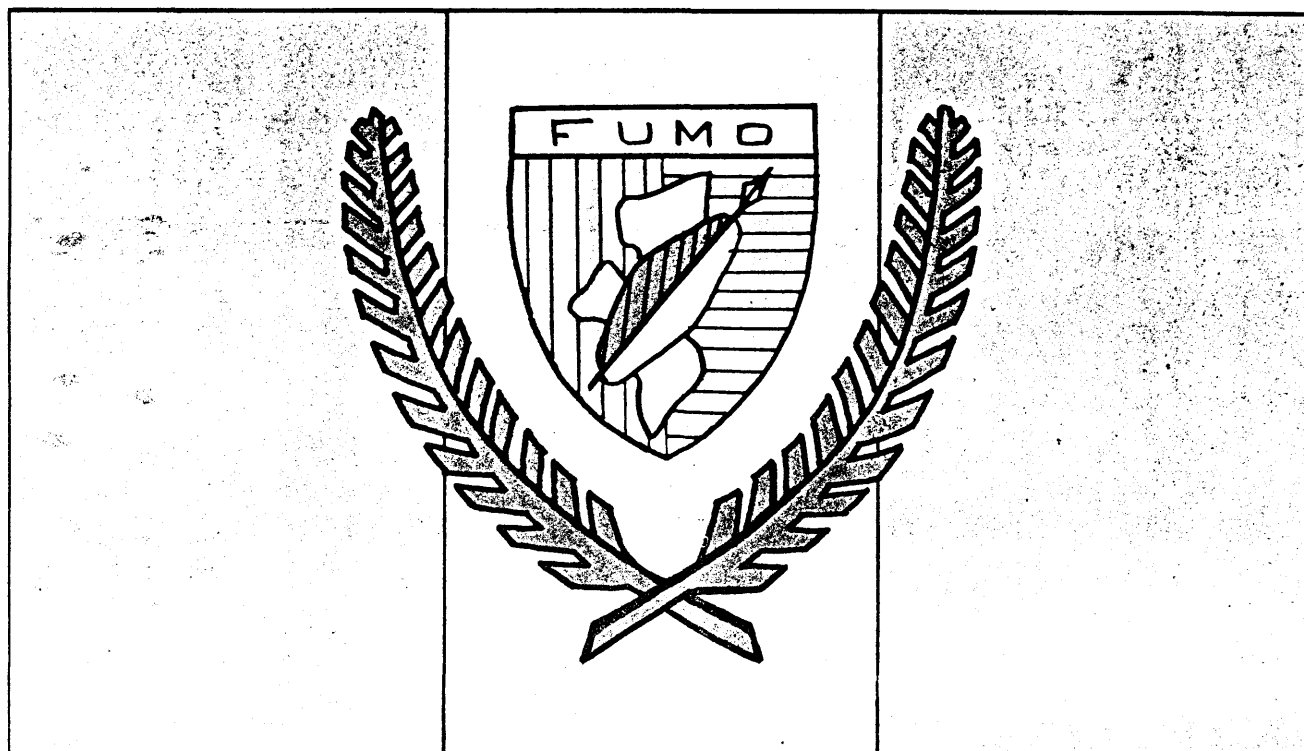
NÚCLEOS: REGIONAIS, EMPRESA, JUVENIS, OUTROS

POR UM MOÇAMBIQUE EM PAZ

POR UM REGRESSO CERTO

POR UMA VIDA LIVRE

# A NOSSA BANDEIRA



AQUELA QUE BREVEMENTE FLUTUARÁ EM TODO O  
MOÇAMBIQUE